



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**COMISSÃO DE PREGOEIROS**

**PROCESSO SEI Nº 0052094-70.2019.6.05.8000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2020**

Senhor Diretor,

Atendendo ao quanto determinado no despacho constante do documento de nº 0383263, com base no parecer constante do documento de nº 0383263, passa este Pregoeiro a informar:

1. No que se refere ao extrato de declarações, por equívoco, este pregoeiro deixou de juntar aos autos. Contudo, segue o referido extrato constante do documento de nº 0385068;

2. Com referência às certidões de idoneidade a serem emitidas pelo CNJ e pelo Portal Transparência em nome dos sócios majoritários das licitantes classificadas, também por equívoco ficou pendente. Suprida a falta neste momento, conforme documentos juntados aos autos, que atestam as referidas regularidades por licitante;

3. A Certidão de Concordata e Falência emitida pelo primeiro grau de jurisdição em nome da empresa MANAG COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, segue juntada, conforme documento de nº 0387165, cuja autenticidade foi confirmada por este pregoeiro através de consulta ao site <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;

4. Quanto à exequibilidade dos valores aceitos para os itens 7, 71, 34, 64 e 66, passo a informar:

4.1. Consta do item nº 04 do relatório apresentado por este Pregoeiro (doc. nº 0162712), que os licitantes classificados em primeiro lugar para os itens do edital de nº 07, 71, 66 entre outros,, após consulta, confirmaram os valores e objetos cotados, estando, pois, mantidas as ofertas;

4.2. Quanto aos itens 34 e 64, os valores aceitos para as empresas classificadas em primeiro lugar representam aproximadamente, 62,4% e 51%, respectivamente, dos valores orçados pela administração para os referidos itens (R\$21,23 para o item 34 e R\$3,70 para o item 64).

O tema da inexecutabilidade da proposta de preço é regido pelas seguintes disposições da Lei N. 8.666/93:

Art. 44.

(...)

§ 2º Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital ou no convite, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

§ 3º Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 48. Serão desclassificadas:

I – as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação; II – propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços **manifestamente inexecutáveis**, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. **(grifo nosso)**.

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se **manifestamente inexecutáveis**, no caso de **licitações de menor preço** para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos **valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:(grifo nosso)**

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou

b) **valor orçado pela administração. (grifo nosso)**



*§ 2º Dos licitantes classificados na forma do parágrafo anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b", será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta.*

Destarte, conquanto as normas *susu* mencionadas referem-se a licitações cujo objeto seja obras e serviços de engenharia, interpretando o mencionado ditame de forma ampla, s.m.j., podem ser aplicadas ao presente caso. Mesmo porque as regras aqui postas visam resguardar a administração de uma eventual inexecução contratual que, de regra, são de grande vulto e complexidade. Ademais, assim já se manifestou Marçal Justen Filho, ao se debruçar sobre o tema:

*"...as regras dos §§ 1º e 2º podem ser incluídas em editais cujo objeto não seja obras e serviços de engenharia. Tal conclusão decorre do reconhecimento da natureza da disposição. Como se trata de mera presunção relativa, pode aplicar-se a todos os setores e objetos". (JUSTEN FILHO, 2010, p. 662.)*


Logo, aplicando-se a mencionada regra, resguardados os entendimentos diversos, já se teria como exequíveis as mencionadas propostas. Contudo, após diligências, a Empresa Villas Comercial confirmou a exequibilidade da proposta apresentada para o item de nº 64 (DOC nº 0387183), bem como a empresa RC Ramos Comércio encaminhou, conforme Doc. nº 0387832, documentação, que visa demonstrar a exequibilidade da sua proposta para o item 34.

5. Já com referência à solicitação de documentação às licitantes durante a sessão, os casos referem-se a situações em que os arquivos vieram "zipados", não tendo êxito este pregoeiro na atividade de "extrair o zip". Como as licitantes envolvidas nesse evento entraram em contato com o pregoeiro por telefone, para solicitar que fosse aberto mais uma vez no "chat" uma nova possibilidade de manifestações referentes a outros pedidos de esclarecimentos, este pregoeiro solicitou que enviasse também as certidões cujos os arquivos apresentaram o problema narrado, sem contudo registrar na via de comunicação do chat esse fato, por considerar que, com base no parecer constante do DOC. PAD nº 054777/2020, emitido pela Assessoria Jurídica deste Regional, que já se manifestou favorável à solicitação de documentos as licitantes, durante o decorrer do certame, tal conduta não maculava o procedimento licitatório.

6. Por derradeiro, assino e confirmo a autenticidade dos documentos referentes às certidões (Doc. nº 0385068), as Certidões do CNJ e Portal Transparência dos Sócios juntadas aos autos, bem como as manifestações constantes dos documentos ns. 0387183 e 0387832.

7. Era o que havia a informar.

Buerarema-Ba, 22 de maio de 2020.



Athiê Marcos Assis Ramos  
Pregoeiro